

A “RALÉ BRASILEIRA” E O ENCARCERAMENTO: A LEGITIMAÇÃO E REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES ATRAVÉS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CLASSES BAIXAS

Manoela Ethyane Pereira Machado
Universidade Federal da Fronteira Sul
manoela.machado@live.com

Eixo 07: Ciências Humanas

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o encarceramento brasileiro a partir de leituras realizadas das obras de Jessé Souza e pontuais contribuições de Michel Foucault. O encarceramento em massa, a arbitrariedade dos crimes, a “ralé” e a legitimação das desigualdades validada pela ideologia da meritocracia são pontos fundamentais para a compreensão da vida até a chegada no cárcere e, portanto, abordados no texto. Foi possível verificar que, dentro da realidade prisional brasileira, a maior parte da população encarcerada é da “ralé”, a superlotação carcerária e a reincidência criminal demonstram pouca efetividade naquilo que é proposto pela prisão enquanto instituição, reeducar e reinserir.

Palavras-chave: Ralé brasileira. Encarceramento. Meritocracia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca problematizar a função social da prisão, levantando uma breve discussão sobre a formação da “ralé brasileira” e articulando conceitos como consensos sociais inarticulados, meritocracia, desigualdades e definição arbitrária de crime. O Brasil ocupa o terceiro lugar mundial no ranking de população com alguma privação de liberdade: são 820.689 pessoas.

Indicativos como a superlotação e o alto índice de reincidência demonstram que a prisão não é tão efetiva naquilo que, teoricamente, se propõe, que é recuperar e reinserir o sujeito na sociedade. Segundo dados do Departamento Penitenciário (2022), 67,22% da população encarcerada é negra ou parda e 64,44% são pessoas analfabetas, alfabetizadas informalmente ou cursou até o ensino fundamental. Após esse breve panorama da população carcerária brasileira, que será pormenorizado ao longo deste estudo, alguns conceitos centrais serão expostos para que a discussão seja estruturada de forma coerente e criteriosa.

A sociedade brasileira se estrutura e sustenta em cima da desigualdade. Apesar de ser cômodo pensar nossa sociedade desconsiderando as classes sociais, negando, inclusive, a existência de

algumas delas, é extremamente necessário que se possa olhar, identificar e analisar como elas se constituem e quais suas repercussões na vida dos indivíduos.

Uma das maneiras da sociedade não se responsabilizar pela desigualdade e injustiça, é entender que o esforço de cada um basta para que se tenha uma boa vida. No Brasil, um país colonizado e explorado, onde ainda ressoam as consequências da escravidão, é no mínimo ingênuo acreditar que apenas o esforço individual seja capaz de garantir o acesso à cultura, educação ou mercado de trabalho, por exemplo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho, caracterizado como ensaio, foi conduzido a partir de leituras realizadas das obras de Jessé Souza e pontuais contribuições de Michel Foucault (1975). A Ralé Brasileira (2009) e A Elite do Atraso (2017), de Jessé Souza, apresentam um panorama sobre a forma como o Brasil se estruturou. Estes dois livros foram utilizadas para compreender e analisar o processo histórico que nos traz à sociedade atual.

O Brasil foi fundado sobre a escravidão, a forma de família, de economia, justiça e política que conhecemos, foram, e ainda são atravessadas por essa triste e real parte da nossa história. Apesar disso, a escravidão aparece como um fato distante, quando não invisível, e caminhamos como a continuidade de uma sociedade não escravista, ignorando completamente os produtos disso. Diante desse histórico social, cabe destacar quais as populações mais afetadas e que sofrem de maneira avassaladora os reflexos do Brasil colonial. O que explica a situação econômica, política e social do nosso país, é o fato de, com a abolição formal da escravidão, as pessoas anteriormente escravizadas terem sido relegadas ao abandono, criando o que o autor denomina “ralé brasileira” (SOUZA, 2017).

Para o autor acima citado, a ralé nasce a partir dessas pessoas escravizadas, deixadas à própria sorte (ou azar), que se reconhecem sem autoestima, sem autoconfiança e, obviamente, sem conhecimento incorporado, conhecimento este que nos torna “gente”, principalmente na sociedade moderna capitalista.

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre” [...] O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado – que mesmo os brancos pobres evitavam –, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior. Ele foi jogado em competição feroz com o italiano, para quem o trabalho sempre havia sido motivo principal de orgulho e de autoestima. (SOUZA, 2017, p. 48).

Atualmente, a ralé desempenha aquelas funções que a classe média se recusa a fazer, como limpar a casa, cozinhar e cuidar dos filhos, sendo explorada e mantida, ainda, nessa posição servil, isso quando se torna possível ter um trabalho. É impossível separar o preconceito de classe do preconceito de raça, visto que a maioria da ralé é formada por negros e mestiços. A polícia, legitimada pela classe média, violenta e mata a população negra e pobre, como uma reinvenção da escravidão, justificada pela meritocracia, já que bastaria se esforçar para ascender socialmente e não viver em situação degradante (SOUZA, 2017).

Segundo Souza (2009), a meritocracia surge a partir do liberalismo, que vê o indivíduo como um ser isolado e, como mencionado anteriormente, é utilizada como principal justificativa para as desigualdades existentes na sociedade capitalista moderna. Isso é possível através da negação da existência de classes, já que elas predeterminam, de certa forma, as possibilidades que os indivíduos podem alcançar, evitando, assim, olhar e perceber as injustiças e desigualdades que já vem de berço.

A miséria da ralé não é apenas econômica, é cultural, social, política, existencial e moral. Tudo é retirado dessa classe, inclusive a perspectiva de futuro, já que a maioria dessas pessoas não possui emprego e renda fixa, sendo urgente e necessário pensar e garantir as necessidades básicas do hoje - o presente é o único tempo vivido e pensado (SOUZA, 2009). O mesmo autor traz a contribuição de Foucault sobre o jogo político que atua como práticas sociais e institucionais, validadas por “consensos inarticulados”, aqueles que não são escritos, mas existem e atuam através da invisibilidade disfarçada de visibilidade da representação política (deputados e senadores, p.e). O autor afirma que esses consensos inarticulados, no Brasil, permitem a reprodução das desigualdades, dividindo a população em gente e subgente, as que merecem valor e reconhecimento e as que não lutaram por isso, criando uma subcidadania.

A prisão é um excelente exemplo sobre como os consensos inarticulados atuam. Boa parte da população conhece ou sabe da situação degradante em que vivem as pessoas encarceradas, no entanto, pouco se fala, se assiste ou se lê a respeito. Souza (2009) pontua que quando Foucault questiona se o fracasso da prisão não é, na verdade, a sua realização máxima de sucesso, ele coloca luz nesse consenso inarticulado.

A função por excelência da prisão, que representa o conteúdo manifesto, explícito, é reeducar aqueles que ali chegam, mas é sabido que isso não acontece. Como, então, ela se sustenta? Segundo a leitura de Souza (2009) sobre o trabalho de Foucault, existe um conteúdo latente, oculto, que justifica a existência dessa instituição, que é muito diferente do conteúdo

manifesto: há a necessidade de vincular as classes inferiores a discursos de delinquência, violência e perigo. No Brasil, essas classes inferiores representam, para o autor, a ralé.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (2022), a maior parte da população encarcerada (46,66%) tem o ensino fundamental incompleto, enquanto o ensino superior completo é representado por 0,73% dos presos (4422 pessoas). Analisando esse dado, duas dúvidas emergem: Qual a relação entre baixa escolaridade e criminalidade? As pessoas com maior escolarização cometem menos crimes ou não são pegas/condenadas? Souza (2009) defende que existe a “definição arbitrária de crime”, não há uma relação direta entre aquilo que atinge a sociedade em maior escala e a pena a ser cumprida.

Conforme o mesmo órgão acima citado, SENAPEN (2022), mais da metade da população encarcerada é negra ou parda (pelo menos 67,22% deste grupo, já que 10,89% não repassou informações sobre cor/raça, portanto este percentual pode ser ainda maior). A definição arbitrária de crime, sustentada pelos consensos inarticulados, atribui a toda uma classe social a delinquência, legitimando a violência contra pessoas negras e pobres. Existe uma política pública implícita de extermínio à ralé. Segundo Souza (2009), 99% de traficantes e jovens pobres *confundidos* com traficantes que são mortos pela polícia, pertencem a essa classe.

Todas as regiões do Brasil têm superlotação prisional, sendo 138,16% a média brasileira da taxa de ocupação (SENAPEN, 2022). Mais uma vez, é possível observar o apagamento e a invisibilização dessa população, que vive em locais insalubres, sem acesso a condições básicas de higiene, vivenciando o descaso, a vulnerabilidade e a violência. Outro dado importante, que escancara a ineficácia da prisão no Brasil, no quesito “recuperação”, é o alto índice de reincidência. Em um relatório publicado em 2022 pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a reincidência, que é entendida por “qualquer entrada após saída por decisão judicial, fuga ou progressão de pena” (p. 18), atingiu 42,5% no período entre 2010 e 2021.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem vivenciado um aumento gradativo no índice de encarceramento nos últimos 30 anos. Essa realidade punitiva, que busca isolar e excluir uma classe inteira, a ralé, obtém sucesso quando criminaliza o fato de ser pobre, periférico e negro e, assim, institucionaliza essa população por meio do aprisionamento. O sistema penal não é capaz de proteger e

garantir os direitos dessa classe quando em liberdade, portanto, fica evidente que aqueles que estão encarcerados estão ainda mais expostos a violências e desigualdades.

Num país marcado por esta alta taxa de encarceramento, como o nosso, faltam políticas públicas que deem conta de tamanho índice, além de fiscalização e efetivo cumprimento da lei que assiste às pessoas em privação de liberdade. É visto que essa não é uma preocupação do Estado e da sociedade que, através dos consensos sociais inarticulados, relegam a ralé à marginalidade e violência. Nesta conjuntura, uma concreta subcidadania se desenvolve e aqueles que não se adequam ao mercado de trabalho superlotam as prisões brasileiras.

O presente texto possibilitou algumas análises a respeito da existência e manutenção da denominada “ralé brasileira”, articulando essa classe com a tão expressiva presença nas alas prisionais, locais marcados pela negação da dignidade e da humanidade. O objetivo deste trabalho não é negar ou afastar o caráter criminoso, mas compreender por que, salvo raras exceções, uma classe inteira é condenada previamente à exclusão e marginalização.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela concessão de bolsa de estudo para o curso de mestrado interdisciplinar em Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Departamento penitenciário.

Sistema prisional em Números. Disponível em

<https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **Dados Estatísticos Do Sistema**

Penitenciário. Disponível em [https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTQ2ZDc4NDAtODE5OS00ODZmLTlhYTEtYzI4YTk0MTc2MzJkIiwidCI6ImV)

[r=eyJrIjoiMTQ2ZDc4NDAtODE5OS00ODZmLTlhYTEtYzI4YTk0MTc2MzJkIiwidCI6ImV](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTQ2ZDc4NDAtODE5OS00ODZmLTlhYTEtYzI4YTk0MTc2MzJkIiwidCI6ImV)
[iMDkwNDIwLTI0Q0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection045531d3591996c70bde](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTQ2ZDc4NDAtODE5OS00ODZmLTlhYTEtYzI4YTk0MTc2MzJkIiwidCI6ImV). Acesso em: 26 jun. 2023.

SOUZA, Jessé de. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé de. **A Elite Do Atraso: da escravidão à Lava-Jato.** Leya, Rio de Janeiro: 2017.